

Luiz Guilherme Piva*

Economia - Brasil



A política econômica no governo Lula

Maior desafio é sair da situação atual para a retomada dos investimentos

A primeira fase do governo Lula na economia durou até o início de 2004. O presidente tomou posse em meio a incertezas do mercado quanto a seus compromissos e sua competência em relação à chamada gestão econômica responsável e gastou todo o primeiro ano a dissipá-las. Juros altos e superávits fiscais trataram de domar a inflação e as dúvidas remanescentes no mercado. Mas domaram também a economia. O anúncio de crescimento nulo em 2003, feito no início de 2004, encerrou a primeira fase.

Mas quem vê conjuntura não vê coração. A política econômica do primeiro ano não era só imposição das circunstâncias, preparação de terreno para adoção de outra orientação mais condizente com o discursos e as promessas petistas. A necessidade de, naquela quadra, espalhar confiança e responsabilidade deu as mãos à vontade de comer: os responsáveis pela condução da economia partilhavam de um ideário que entende a confiança dos agentes como as variáveis principais – ou únicas – do engenho econômico. A dúvida principal é a rolagem da dívida pública, da qual os agentes são credores.

A segunda fase teve início com as reduções da Selic e começaram a surtir efeitos positivos no segundo semestre de 2004, com os níveis de produção e consumo atingindo patamares elevados. Os juros baixaram porque estavam altos demais, porque a política, estúpida, é importante e porque – alguém notou – podiam por a perder o próprio selo de solvência da dívida que o aperto fiscal quer emanar.

Mas o fim da segunda fase e o começo da terceira fase emergiram logo, em setembro de 2004, com a retomada das elevações da Selic. O ideário econômico temeu que a atividade econômi-



ca superasse a capacidade potencial da economia e gerasse inflação. Puxou o breque dos juros. Não houve cavalo-de-pau, mas a perda de aceleração deu à curva de crescimento o contorno do vôo de galinha. Os números recentes e as projeções do crescimento deixam claro o impacto negativo dos juros altos.

Hoje o patamar de atividade é baixo e os investimentos, a produção e o consumo perderam força. Os juros reais baixam timidamente depois das altas seguidas até junho. Programas estruturais (PPP, política industrial, tecnológica e de comércio exterior) não avançam. O câmbio está valorizado como na época de Gustavo Franco. Emprego e renda se mantêm em patamares brasileiros, como é costume dizer na África.

O principal desafio no curto prazo é transitar da atual política econômica para a retomada

dos investimentos. É preciso preservar a inflação baixa, os bons resultados fiscais e os saldos externos. Mas o baixo nível de atividades, a baixa formação bruta de capital fixo, o câmbio repesado e os juros reais elevados podem pôr tudo isso a perder caso ocorram duas situações: a) mantenha-se tudo como está (o bicho come); ou b) tente-se sair desse quadro com pressa (o bicho pega).

Não é armadilha simples. A primeira situação dá ao governo o conforto da calma do mercado e a compreensão dos atores econômicos mais poderosos. Mas tende a travar a economia, a deteriorar as exportações e a fragilizar a dívida pública. A segunda situação poderia render apoios mais amplos ao impulsionar saltos na produção e no consumo, mas poderia cobrar o custo da alta inflacionária e da hesitação nos financiadores da dívida.

A opção tem sido a primeira situação, tendo em vista a prioridade explícita de contenção da inflação e de segurança aos credores financeiros. Não está de todo errada, dadas nossas vulnerabilidades. O erro está na adoção desse caminho como absoluto, abstendo-se de criar condições para a saída organizada em direção aos incentivos aos investimentos. E quanto mais tempo nele se persiste, tanto mais difícil vai ficando a possibilidade da saída organizada.

A redução gradual das taxas reais de juros poderia ter sido iniciada há alguns meses. Poder-se-ia ter contido a valorização do câmbio. A combinação menos perversa dessas duas variáveis não teria causado nenhum estrago na estabilidade monetária nem afugentado os investidores e teria desarmado um pouco do impasse.

No médio e longo prazo, abrir-se-ia espaço maior para a retomada de investimentos produtivos e para ações estratégicas. Mercado de capitais maior e mais moderno, parcerias entre capitais público e privado e políticas massivas em educação, em inovações científicas e tecnológicas e em desconcentração regional e de renda, por exemplo. Como objetivo maior, inclusão social e econômica de trabalhadores e desempregados e melhoria das condições de renda e de vida da população.

Em “O informe de Brodie”, Borges diz que, para quem só conta até quatro, “o infinito começa no polegar”. Difícil imaginar que possamos ir muito longe se miramos tão perto e não enfrentamos nem o desafio de curto prazo.

* Economista-chefe e diretor de finanças da BDO Trevisan. É doutor em Ciência Política pela USP. Publicou “Ladrilheiros e Semeadores” (Editora 34)